

TESE SOBRE CONJUNTURA NACIONAL – 34º CONSINASEFE

A chegada do governo da extrema direita e ultra neoliberal de Jair Bolsonaro representou a frustração e desmoralização, para um grande setor da classe trabalhadora, de um governo de esquerda, que prometia uma mudança radical do país, da situação dos trabalhadores, dos pobres e dos oprimidos, mas que a bafejada da violenta crise econômica mundial, iniciada em 2008, com seu rastro de desemprego, corrosão salarial, combinada a fortes denúncias de corrupção dentro e fora do governo, envolvendo obras superfaturadas, desvio de recursos de fundos de pensão de estatais, investimentos controversos, levou a uma rápida corrosão de seu apoio social e o derretimento de sua base parlamentar no Congresso Nacional.

Os esforços do governo Dilma de se mostrar capaz de aplicar o chamado Plano de Ajuste fiscal e iniciar o ataque a direitos trabalhistas (seguro-desemprego, pensão por morte, acesso ao PIS, ao auxílio-defeso, ampliação das terceirizações), vislumbrar a volta da antiga CPMF e uma nova Reforma Previdenciária, não garantiu mais o apoio dos principais setores da burguesia ao governo do PT. Para sair da crise a burguesia necessitava de um governo mais assertivo na política e com menos desgaste político e social. Para isso o governo tampão de Temer servia para aprofundar os ataques e dar tempo para a construção de uma nova alternativa burguesa. Nem tudo sai como os planos....

Diante da profunda crise que atingiu os partidos basilares da Nova República (PSDB, PMDB e PT) e seus satélites, abriu-se a oportunidade para um discurso visto como autêntico, fora do sistema, moralizador e moralizante, “contra tudo e contra todos” e “contra tudo que está aí”. O discurso da extrema direita, renascida para a sociedade, após décadas de ocultamento nas sombras.

O discurso do atual governo constrói uma narrativa sobre os problemas brasileiros na qual uma das principais fontes da crise que vivemos é a inconsequência no uso das verbas públicas por parte da “esquerda”, gasto excessivo com a máquina estatal, com seu corpo de servidores e os gastos com custeio e manutenção. De novo, reafirmaram-se a quintessência da “eficácia e eficiência” da empresa privada (não explicam por que tantas vão a falência), das regras de mercado, no qual permanecem os mais qualificados, a defesa irrestrita à liberdade do mercado, o que implica em privatizar para o grande capital nacional e internacional o que ainda está na esfera do público e do estatal.

Outra peça angular deste discurso é o da necessidade de garantir que o endividamento do Estado esteja em limites “sustentáveis”, ou seja, que o esforço central dos governos deve ser garantir a manutenção dos chamados “contratos”, que expressam a “estabilidade jurídica” necessária para atrair os investimentos que farão o país voltar a crescer.

É em decorrência desses posicionamentos econômicos e ideológicos do governo que, ao longo desses quatro anos, foram surgindo uma série de projetos que tinham como fundamento ampliar a desregulamentação das relações trabalhistas, no âmbito do serviço público e da iniciativa privada, a privatização de amplas esferas públicas, o desmantelamento e o desregramentos das medidas protetivas para o uso dos meios naturais, do solo e subsolo, dos direitos dos povos originários, das populações tradicionais, inclusive seu direito a posse das terras onde vivem e buscam manter suas tradições culturais.

O objetivo é evidente, significa garantir a transferência de recursos públicos para o setor privado, é reduzir o tamanho do Estado, ou seja, a política do “Estado Mínimo” para os trabalhadores, pobres e a sociedade em geral para se obter o “Estado Máximo” para os capitalistas.

No caso específico dos servidores públicos federais, o derradeiro ataque foi a tentativa de aprovação da PEC 32, a contrarreforma administrativa. Essa PEC trazia no seu bojo um ataque violento aos servidores públicos, buscando destruir sua autonomia diante dos governos de momento, para tornar a máquina pública refém dos interesses imediatos do grupo político no poder e reduzir sua capacidade de resistir aos ataques do governo. Por isso, restringia a entrada no serviço público através de concurso e com a efetivação no ato da posse, permitia o ingresso no serviço público por outros meios que não

concurso público, abrindo o caminho para a entrada a partir de apadrinhamentos e outros interesses ocasionais dos governos de ocasião.

Além disso, permitia a privatização dos serviços públicos, pois o art. 37-A, da PEC dispõe que: “A união, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, na forma da lei, firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicos e privados, para a execução de serviços públicos, inclusive com o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira.” Outro ataque profundo era a possibilidade de extinção de órgãos públicos vinculados ao poder executivo sem ter que passar por debate no legislativo, através de decreto.

Ao longo dos últimos dois anos deste governo os trabalhadores, o povo pobre, os setores oprimidos e os servidores públicos, em particular, os da educação, tiveram que se enfrentar com uma guinada de 180 graus em decorrência da eclosão da pandemia do covid19.

De uma hora para outra debates sobre a necessidade da realização de um lockdown nacional, com garantia de emprego e renda para todos se entrecruzava com o discurso do governo que resistia a implementar tais medidas sob a falsa alegação de defender a economia do país. O que acabou ocorrendo foi um conjunto de ações diferenciadas em cada estado e município, com o governo Bolsonaro definindo uma lista ampla de atividades essenciais, recursando-se a implantar o lockdown (no que tinha o apoio da maioria dos governos e da burguesia) e demorar meses para instituir um programa de ajuda emergencial para pequenos negócios, trabalhadores e desempregados. Mesmo assim, programa extremamente limitado e que atacava o nível dos salários dos trabalhadores.

Na educação, em um primeiro momento, o governo Bolsonaro tentou aproveitar a oportunidade para implantar a EaD na educação básica (o que rapidamente se mostrou totalmente inviável) e, em seguida, implantar o trabalho e ensino remoto;

Ainda se aproveitando desta realidade, o governo federal implementou as atividades em forma remota, empurrando todo o custo das mesmas aos servidores. A continuidade da pandemia e sua corte de horrores, fruto em grande parte da política negacionista e genocida do governo, ampliou em muito o desgaste, o cansaço, o stress, enfim o mal-estar social e individual. O ensino remoto aprofundou a desigualdade social brasileira, acentuando a marginalização no processo de ensino-aprendizagem das crianças e jovens oriundos das camadas mais pobres de nossa sociedade.

Em particular, para as trabalhadoras, de forma geral, este desgaste é muito mais profundo, pois vemos a combinação da pandemia e o isolamento social e das atividades laborativas remotas com o aumento do desemprego, da corrosão salarial, da fome e abandono, o que representou uma elevação exponencial na carga de preocupações, tarefas das mulheres em geral, ampliando em muito o seu desgaste físico, mental e emocional.

Nos vemos agora, neste momento, com os governos avançando na política de um rápido retorno a uma pretensa normalidade, com o apoio dos setores empresariais, obcecados em reativar a economia e retornar a acumulação dos lucros e, ao mesmo tempo, o direcionamento das atenções do conjunto da sociedade para o processo eleitoral do segundo semestre, apresentado como o momento no qual a sociedade poderá redefinir o rumo para a superação das sequelas da pandemia, da crise econômica e social.

Para as amplas massas, o que hoje se apresenta é a continuação do governo genocida de Bolsonaro, ou sua versão mais light e desarmada, com Sérgio Moro, e por outro lado unidade nacional com burguesia, como expresso por Lula e Alckmin, ao que tudo indica com apoio do PSOL. Ou seja, são alternativas que, em que pesem suas diferenças, se propõem a continuar governando o capitalismo, e isso significa, nesse grau de crise em que estamos, a perpetuação dos ataques, da fome e do desemprego, além da continuidade da entrega do país.

Hoje, a maioria dos trabalhadores e da juventude acha que deve votar em Lula para tirar Bolsonaro e derrotar a ultradireita. Ou seja, a enorme rejeição a Bolsonaro é a alavanca da candidatura Lula. No

entanto, uma eventual vitória de Lula, com Alckmin e partidos do centrão, apoiado por banqueiros, latifundiários e grandes empresários, com um programa de continuar governando o capitalismo, não vai resolver a crise para o lado dos trabalhadores, nem ao menos reverter o retrocesso que sofremos nos últimos anos.

Isso se dá porque, pelo grau de crise e decadência do país, determinada pelo imperialismo, um governo que não rompa com os super ricos, pelo contrário que governe com eles, vai inevitavelmente manter os planos neoliberais, ou seja, os ataques aos direitos, aos serviços públicos e a entrega do país. E é isso o que aparece como horizonte de um futuro governo Lula em unidade com a burguesia. Não só não vai resolver a crise como vai gerar ainda mais frustração, abrindo espaço para Bolsonaro e a ultradireita mais à frente, como ocorreu em 2018. Então, não basta derrotar eleitoralmente Bolsonaro, é preciso enterrar de vez a ultradireita, e isso se dá com luta e avançando na organização e num projeto nosso.

Daí a importância de, nesse terreno, ainda que árido, apresentar e disputar a consciência da classe para um projeto nosso, de classe, revolucionário e socialista. Sabemos que as mudanças que queremos não virão das eleições, mas é uma obrigação dos revolucionários não deixar a classe refém das alternativas da burguesia.

Consideramos que uma das principais tarefas colocadas neste momento é justamente avançar num projeto socialista e disputá-lo entre a classe trabalhadora, e assim ganhar o máximo possível de trabalhadores para um programa que tenha como horizonte e estratégia a derrubada do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista. Essa disputa se dá no dia a dia, nas lutas e também nas eleições, um terreno próprio da burguesia e comandado pelo poder econômico, mas é quando aparecem de forma mais nítida os projetos de cada setor à sociedade.

Por estas razões é que lançamos um chamado ao ativismo social, a juventude, aos setores oprimidos, às organizações que reivindicam a construção do socialismo, aos trabalhadores em geral pela construção de um Polo Socialista e Revolucionário, que desde já, busque aglutinar as forças necessárias para enfrentar os dilemas e conflitos que continuarão a aparecer, apesar das ilusões apregoadas pela mídia burguesa, partidos reformistas e direções burocráticas da superação das dificuldades com a saída de Bolsonaro e a ascensão de algum dos projetos dentro da ordem capitalista que ora se apresentam para o Brasil.

Enquanto o PSOL “exige” do PT algumas medidas que não tocam nas fortunas dos bilionários, muito menos na estrutura do capitalismo, e sabe que nem isso o PT vai aceitar, e mesmo assim encaminha o apoio a Lula no primeiro turno, o Polo Socialista Revolucionário promoveu um debate que discutiu a fundo um programa socialista para o país.

Um programa não pode ser apenas um conjunto de propostas, mas precisa partir das necessidades mais profundas da classe, avançando na consciência e conectada a mudanças estruturais. Exigiria, por exemplo, revogar as reformas trabalhista e da Previdência, mas ir além, parar de pagar a dívida, atacar as fortunas e propriedades e várias medidas que a burguesia não vai querer, nem as instituições que estão aí. A única forma de derrotarmos realmente Bolsonaro e a ultradireita é disputando a consciência da classe rumo a um projeto socialista.

ASSINAM:

Oscar R. Junior – IFSC

Elisa Guimarães – Colégio Pedro II

Mari Jardineiro - Colégio Pedro II

Luiz Sergio - Colégio Pedro II

Albano Teixeira - Colégio Pedro II

Alexandre Elias – IFF Fluminense

Marcelo Teixeira – Colégio Militar PE

Claúdio RC Fonseca– Colégio Militar PE

Acácio Tarciso – IFPA

Humberto Brito – IFPA

Renan Cunha – IFPA

Zeca Conceição – IFPA

Claudicea Durans – IFMA – Campus Monte Castelo

Jean Magno – IFMA – Campus Maracanã

Ramon Zapata - IFMA